



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11671 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

As ruínas da igreja de São José do Queimado: um espaço de resistência e memória afro-brasileira do Estado do Espírito Santo

Erica Renata Vilela de Moraes - NÃO ESTOU TRABALHANDO

AS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O texto é parte integrante da pesquisa de doutoramento em Programa de Pós-Graduação em Educação. O estudo integra a linha de formação de professores e a investigação se alinha, em termos metodológicos, aos estudos qualitativos de pesquisa em educação. Tem como objetivo evidenciar o potencial educativo da cidade para estimular reflexões e problematizações sobre a temática história e cultura afro-brasileira no ensino e justifica-se pela necessidade de trabalhar com os docentes e com os discentes, numa perspectiva que aproxime a cidade e as práticas pedagógicas realizadas no espaço escolar, com o intuito de ampliar o debate em torno das relações étnico-raciais pautadas na articulação com o ensino, o conhecimento e a transformação da realidade do ser humano.

É importante destacar que a educação étnico-racial está inserida no contexto do trabalho pedagógico na educação básica e mantém vínculos com demandas oriundas da inserção da Lei 10639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e, posteriormente a lei 11.645/08, que complementa a primeira, acrescentando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena.

Existem diversas formas metodológicas para abordar a temática História e Cultura Afro-brasileira nos espaços educativos. Nesse sentido, cabe destacar que a proposta desse estudo percebe que conhecer e entender o potencial educativo de espaços citadinos, em especial para abordar a temática afro-brasileira extrapola o campo educacional e tem se revelado como fonte promissora de conhecimentos para o campo da formação humana, numa concepção

histórica da humanidade.

A partir do estudo empreendido sobre o monumento Guerreiro Zulu, instalado em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, da cidade de Vitória, sinalizamos possibilidades de estabelecer diálogos e conexões com conhecimentos afro-brasileiros enquanto prática de ensino e didática para as relações étnico-raciais. A obra é fruto da inspiração e conhecimento do artista negro Irineu Pinto Ribeiro, que através do seu trabalho artístico, testemunha um pouco da vivência e dos saberes dos negros e negras, presentes na constituição do estado do ES, mas que, por força da exclusão, resultantes do racismo estrutural, continuam na invisibilidade.

Na estátua, foram esculpidas sete cenas em alto relevo e nelas observa-se vários elementos que remetem à presença marcante do negro na formação e no desenvolvimento cultural, socioeconômico e político do estado do Espírito Santo. Como foco principal de investigação desse artigo, propomos desenvolver análises e reflexões parciais de uma das cenas que compõem o contexto da obra, a fim de compreender a seguinte questão: qual o potencial educativo das ruínas da Igreja de São José do Queimado, localizado na cidade de Serra-ES, para explorar conhecimentos sobre a história e cultura afro-brasileira em uma perspectiva educativa/formativa?

Tais análises partem da premissa de que espaços e tempos da cidade sintetizam elementos de uma grande narrativa urbana, que revela potencial pedagógico para abordar a história de grupos sociais, de conflitos, de valores, de memórias, de manifestações artísticas e outros aspectos do humano. Além disso, apontamos algumas apropriações que anunciam o referencial teórico e metodológico que está ancorado em autores como Lefebvre (2001), Canevacci (1993), Freire (2011) entre outros que desenvolvem estudos críticos sobre as relações do homem com o espaço, com a cultura e com os bens que são produzidos mediante as relações humanas. Ainda sob o enfoque da dimensão crítica, os autores Canclini (1983) e Chartier (1995), a partir da cultura popular, apontam um caminho para o estudo e a problematização de aspectos e fundamentos de designação racial e, por conseguinte, de seus desdobramentos relacionados à identidade e à cultura negra.

Com o pressuposto de que a educação não se restringe aos espaços e aos tempos escolares, considera-se a necessidade de formação e de participação ativa nos espaços sociais, educativos, culturais e na relação com as práticas sociais. Nessa concepção, a cidade, as relações étnico-raciais, as diversidades de territórios, o trabalho, a memória, a sexualidade, a religiosidade e a ação comunitária integram um currículo articulado com vida e com o conhecimento, ditos “escolares” ou melhor dizendo “com os conhecimentos produzidos pela humanidade”.

Neste sentido, nos interessa uma experiência mais criativa da interpretação, encontrando as conexões e as marcas culturais que confirmam a importância que o monumento das ruínas da igreja de São José do Queimado, ocupa no cenário de luta e resistência do povo negro e na

identidade cultural do estado do Espírito Santo.

Grande parte das narrativas sobre o monumento da Igreja de São José do Queimado, lembram uma insurreição, a revolta do Queimado, protagonizada por negros escravizados, ocorrida nesse lugar no ano de 1849. Conforme destacado pela pesquisadora Cardoso (2020), embora possa ser considerada uma breve insurreição, a revolta do Queimado é um marco de memória e de resistência negra no estado do Espírito Santo.

No contexto da historiografia capixaba e que envolvem a presença do negro no Espírito Santo, Cardoso (2020) destaca elementos importantes para pensar o negro e/ou escravizado como sujeito histórico, construtor e protagonista da sua história. E, promover ações nesse sentido configura um importante ato para a transformação da nossa sociedade, a qual segundo Nascimento (2017, p. 45), encontra-se alicerçada numa perspectiva eurocentrada, que na produção de conhecimento eliminou tudo que não pertencesse aos padrões europeus, de forma que “o lócus do saber utiliza-se de ferramentas e aparatos de um sistema anti-negro” e, ainda hoje oculta a cultura afro-brasileira sob um “encarceramento conceitual”, que atrapalha o desenvolvimento do pensamento anticolonial e, ao mesmo tempo, reforça a premência de olharmos para as experiências e produções de conhecimentos de povos subalternizados.

Palavras-chave: Educação e cidade; Educação étnico-racial; Formação de professor.

Referências:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica:** ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Lavínia Coutinho. **Revolta do Queimado:** negritude, política e liberdade no Espírito Santo. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista**

Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.179-192. 1995.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Processo administrativo apresentando os resultados dos trabalhos realizados, referente as diretrizes que regerão o concurso para selecionar monumentos à comunidade negra e indígena.** Assembleia Legislativa. Vitória: ALES, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

NASCIMENTO, Aline Maia. Em defesa de uma epistemologia destoante: notas sobre a perspectiva africanocentrada. **Revista Eixo.** Brasília - DF, v. 6, n. 2 (Edição Especial), 2017.